



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

O Superior Tribunal de Justiça sinalizou que aprova o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Apesar de o processo não ter sido finalizado — o ministro Marco Aurélio Buzzi pediu vista — os outros quatro ministros acataram o pedido de um casal homoafetivo do Rio Grande do Sul de transformar sua união estável em casamento. Segundo especialistas, os quatro votos favoráveis contra um ainda não divulgado indicam mudanças, contam os jornais **Valor Econômico**, **Correio Braziliense** e **Folha de S.Paulo**. "Enquanto não houver lei, vale a jurisprudência. Cabe aos tribunais superiores interpretar a lei e, se o STJ disser que pode, isso terá uma força normativa importante", esclarece a vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Maria Berenice Dias. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

IPI para carros

O Supremo Tribunal Federal suspendeu o decreto do governo que, em 16 de setembro, aumentou em 30 pontos percentuais o Imposto sobre Produtos Industrializados de carros importados. Por unanimidade, os ministros entenderam que o Decreto 7.567, de 2011, desrespeita o artigo 150 da Constituição, que impede União, estados e municípios de cobrar tributos antes de decorridos 90 dias da data de publicação da lei que instituiu a regra. Em plenário, os nove ministros presentes concordaram com os argumentos do DEM, e concederam a liminar que suspende a validade imediata da medida adotada no mês passado pelo governo federal, noticiam os jornais **Correio Braziliense**, **Valor Econômico**, **Folha de S.Paulo** e **DCI**. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

Atuação de estrangeiros

Segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, a Ordem dos Advogados do Brasil adiou para março de 2012 a decisão sobre ampliar ou não as restrições aos escritórios de advocacia estrangeiros no país. São bancas que atuam no setor corporativo, principalmente em operações como fusões e aquisições. O foco do debate está nos escritórios de fora associados a brasileiros para prestar, aqui, consultoria em Direito de seus países de origem.

Pacientes vivos

A Justiça decidiu pela condenação a 17 anos e seis meses de prisão dos médicos Rui Noronha Sacramento, Mariano Fiore Júnior e Pedro Henrique Masjuan Torrecillas. Os três foram denunciados por retirar órgãos de pacientes que ainda apresentavam sinais vitais, na década de 1980, no interior de São Paulo. A decisão foi proferida depois de mais de 40 horas de julgamento, no Fórum de Taubaté, no Vale do Paraíba. Sacramento, Fiore Júnior e Torrecillas terão de cumprir a pena inicialmente em regime fechado. Mas os réus podem recorrer da decisão em liberdade. As informações estão nos jornais **Correio Braziliense**, **Folha de S.Paulo**, **Zero Hora**, **O Globo** e **Estado de Minas**.

Suspensão do FAT

Segundo os jornais **Estado de Minas** e **O Estado de S. Paulo**, o acúmulo da análise de prestações de contas de 500 convênios no Ministério do Trabalho fez com que o Tribunal de Contas da União



mandasse suspender por 60 dias novos contratos de repasse de dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os convênios tratam sobretudo de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. A decisão do TCU não afeta convênios em andamento e foi tomada por causa do descumprimento de recomendações anteriores. As transferências a entidades sem fins lucrativos, Estados e municípios somaram cerca de R\$ 240 milhões no ano passado.

Nível de digitalização

O Tribunal Superior do Trabalho chegou a 200 mil processos eletrônicos em tramitação. O número abrange os casos enviados eletronicamente pelos Tribunais Regionais, as ações originárias do TST, cuja tramitação é eletrônica desde o início, e os processos do acervo que vêm sendo digitalizados. O envio de recursos por meio eletrônico para o TST começou em agosto de 2010. A notícia está no jornal **DCI**.

Acidentes de trabalho

De acordo com o jornal **Valor Econômico**, juízes trabalhistas vão começar a notificar a Advocacia-Geral da União sobre os acidentes de trabalho em que houver culpa das empresas. Com as informações, o órgão poderá ajuizar ações regressivas contra os empregadores. O anúncio dessa medida foi feito pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, durante seminário de prevenção de acidentes de trabalho. "Esse não é um problema restrito à Justiça do Trabalho", avaliou o ministro. "Ele resulta em perdas econômicas para as empresas."

Escolha decisiva

Reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** conta que a presidente Dilma Rousseff tem insistido com seus assessores para que não alimentem especulações sobre os prováveis integrantes da futura Comissão da Verdade. O assunto está proibido, segundo um dos encarregados das articulações políticas no Senado, onde tramita o projeto de lei que cria a comissão. Apesar disso, circulam nos bastidores listas com nomes de possíveis integrantes do grupo. Também estão em curso campanhas a favor deste ou daquele nome.

Concurso pra Procuradoria

De acordo com o jornal **Correio Braziliense**, o Ministério Público Federal vai lançar nas próximas semanas edital para nova seleção de procuradores da República, com salário inicial de R\$ 23,2 mil. Foi publicada nesta quinta-feira (20/10) no *Diário Oficial da União* resolução do Conselho Superior do órgão com as regras gerais do 26º concurso, que vai ser realizado concomitantemente com o atual, que está na segunda fase. O MPF recuou e reduziu o peso de Direito Internacional para o próximo certame.

Contratos do *Diário Oficial*

Segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, a Imprensa Oficial de Minas Gerais, que edita o *Diário Oficial*, está sob investigação do Ministério Público por causa de contratos de R\$ 3,1 milhões suspeitos de irregularidades. A Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público informou que instaurou inquérito civil para analisar os contratos firmados a partir do final de 2008 com a empresa de tecnologia de informação

Módulo Risk Manager.

Metas definidas

Gestores de todos os tribunais do país definiram as propostas de metas para o Judiciário em 2012 e 2013 que serão aprovadas ou rejeitadas pelos presidentes dos tribunais em novembro, informa o jornal **DCI**. Ao todo, foram escolhidas cinco metas gerais e 16 metas por segmento de Justiça. A primeira meta nacional é o julgamento de maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012. A Meta 2 estabelece prazos para o julgamento dos processos de conhecimento pelas cortes brasileiras.

Judiciário e mídia

O jornal **Folha de S.Paulo** lembra que a Associação Nacional de Jornais e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul promovem nesta sexta-feira (21/10) o Seminário Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário, em Porto Alegre. Representantes de empresas de comunicação e magistrados vão debater temas como direitos de resposta na mídia, responsabilidade civil e criminal e o fim da Lei de Imprensa no país.

Royalties no Supremo

Sem esperança de que a Câmara altere o texto aprovado no Senado sobre a divisão dos royalties do petróleo, parlamentares e o governo do Rio de Janeiro estão prontos para entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e tentar evitar perdas para o estado e os municípios fluminenses. A ação será proposta se a lei for sancionada sem vetos pela presidente Dilma Rousseff. O principal argumento do Rio é de quebra do princípio federativo e de criação de uma insegurança jurídica que poderá prejudicar outros estados no futuro, pois a nova lei alteraria contratos já existentes. A notícia está no jornal **Diário do Nordeste**.

Precatórios e amortização

Os jornais **Valor Econômico** e **DCI** informam que as empresas que participam do Refis da Crise poderão usar precatórios da União para amortizar suas dívidas, desde que sejam credoras originais dos títulos. A prática foi regulamentada nessa quinta com a publicação da Portaria Conjunta 9 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Receita Federal. Com isso, dívidas da União em condenações judiciais que resultaram em precatórios poderão ser abatidas dos tributos devidos, parcelados no Refis. A portaria regulamenta o artigo 43 da Lei 12.431, de 2011, que já previa essa possibilidade.

Novo CPP

Reportagem do jornal **Estado de Minas** conta que temas espinhosos como aborto, maioria penal e terrorismo vão fazer parte do caldeirão de discussões em torno do futuro sistema penal brasileiro. O anúncio foi feito pelo presidente da Comissão de Reforma do Código Penal, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça. A comissão, formada por 16 juristas, foi instalada no Senado com o objetivo de, em até 180 dias, tentar alinhar o texto penal, redigido em 1940, aos princípios da



Constituição de 1988 e à realidade de um país totalmente diferente do Brasil de sete décadas atrás.

COLUNA

Pedido de anulação

Da colunista Monica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**: “A Bradespar (Bradesco) contratou o advogado Saulo Ramos e pedirá nos próximos dias à Justiça a anulação da arbitragem que permite a Daniel Dantas, do Opportunity, aumentar sua participação na Valepar, que controla a Vale. Alega que o árbitro francês Yves Derains não fala português direito e não conhece o sistema jurídico brasileiro para tomar decisão tão importante”.

Autores: Redação Conjur